

Autora: Carla Fernanda Nardin
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Ponce C. Cerântola

RESUMO

A agricultura brasileira é influenciada de diversas maneiras pelas normas ambientais. A legislação ambiental brasileira divide propriedades rurais em áreas produtivas e áreas destinadas a preservação, que são a Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP). O modelo de exploração agrícola vigente está levando ao avanço da destruição da cobertura florestal e à ampliação de monoculturas. Contudo, o processo produtivo não precisa, necessariamente, danificar o meio ambiente, pois se for destruído, de nada adiantará o processo produtivo, uma vez que a existência dos seres humanos também estará ameaçada. O entendimento da importância da manutenção da APP e da RL na propriedade rural é fundamental, pois possuem funções ambientais que fornecem bens e serviços fundamentais para toda a sociedade, mas existe a concepção errônea de que a vegetação nativa representa área não produtiva, com custo adicional e sem nenhum retorno econômico para o produtor. Com a finalidade de constatar o conhecimento dos proprietários rurais quanto à legislação ambiental brasileira referente à Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), conhecer as dificuldades dos proprietários rurais em aplicar a legislação ambiental em suas propriedades e levantar programas de incentivo a conservação de APP e RL destacando suas importâncias e possibilidades de implantação, foram realizados 21 questionários com proprietários rurais no município de Holambra. Conforme resultados obtidos, foi possível perceber que os proprietários rurais entrevistados têm alguma ciência sobre a legislação ambiental brasileira, mas a maioria dessas propriedades rurais não se encontra em conformidade com a legislação ambiental e os proprietários estão aguardando a votação do novo Código Florestal para adequar suas propriedades. Foi identificada diferença entre a percepção da importância pelos proprietários rurais da Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal, sendo considerada mais valiosa a APP. A perda de área produtiva e consequente diminuição de renda das propriedades foi o motivo mais citado pela falta de interesse em recompor a Reserva Legal. Foi possível perceber que a legislação ambiental por si só não tem conseguido ser eficaz na recomposição e preservação da APP e da RL, tendo sido ainda levantada algumas dificuldades que o produtor rural de Holambra tem para adequar sua propriedade à legislação ambiental. Desta forma, foram exemplificadas algumas alternativas econômicas como: benefícios potenciais da utilização da Reserva Legal e programas de incentivos para a conservação da APP e RL como o Pagamento por Serviços Ambientais e o Crédito de Carbono possíveis de serem implantado no município.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; APP; Crédito de Carbono; Pagamento por Serviços Ambientais; RL